



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000832-34.2024.6.22.8000

INTERESSADO: 21ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: Acréscimo Contratual – Notas de Empenhos nº 2024NE000265 e nº 2024NE000266 - Contratada: **ATIVA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA** - Objeto: Contratação de serviços de confecção de CAMISETAS BÁSICAS personalizadas - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 90 / 2024 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo, no qual, operou-se, por meio de DISPENSA TRADICIONAL DE LICITAÇÃO (art. 75, inc. II da Lei 14.133/2021), a contratação direta da empresa **ATIVA COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.830/0001-44, para prestação de serviço de confecções de camiseta básica personalizada, conforme registrado nas Notas de Empenho nº 266/2024 ([1154148](#)) e nº 265/2024 () combinado com o Termo de Referência nº 11/2024 ([1151923](#)).

02. Na Solicitação nº 49, de 02/05/2024 ([1157692](#)), a Coordenadora da COMAP, unidade gestora do contrato - de acordo com sua subtópico 8.1 do TR citado - descreve a seguinte situação:

I - O contrato tem como escopo a prestação do serviço acima mencionada para atender as necessidades da Eleição Suplementar de Candeias do Jamari-RO e do Projeto Meu Voto, meu poder da Presidência do TRE-RO. Após Despacho nº 452/2024 – PRES/DG/GABDG com autorização da referida contratação, foram emitidas duas notas de empenho em razão de questões orçamentárias.

II - Durante a execução desta contratação, aumentou expressivamente as várias atividades do TRE-RO, principalmente as operações de atendimento realizadas fora das dependências dos prédios da Justiça Eleitoral de Rondônia, devido a divulgação intensa sobre o fechamento do cadastro eleitoral em 08/05/2024. O que ocasionou o fornecimento maior de camisetas para utilização neste momento pelos servidores, colaboradores, magistrados e demais autoridades envolvidas.

III - Solicita, portanto, o acréscimo contratual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre valor inicial total da contratação R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais), elevando-o em R\$ 29.750,00 (vinte e nove mil setecentos e cinquenta reais). Informa a fonte para a suplementação orçamentária do valor a ser acrescido. Por fim, encaminha diretamente à COFC e à AJSAOFC para as providências pertinentes, com base na celeridade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. A Programação Orçamentária para custear o acréscimo da despesa pretendida no exercício de 2024 foi juntada no evento [1158037](#), oportunidade em que a COFC informou que a despesa pretendida pela Administração estaria adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro e de acordo com a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 consta do processo SEI nº 0003707-45.2022.6.22.8000.

04. Dessa forma instruídos, aportaram os autos nesta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer. É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

05. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0000832-34.2024.6.22.8000) até a presente data, além das outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

06. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

07. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

08. A prerrogativa de alteração unilateral do contrato encontra previsão expressa nos art. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021, veja-se:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento). (Sem destaques no original)

09. Além da previsão legal acima reproduzida, verifica-se que há regra contratual expressa que ampara a pretensão da unidade gestora, consoante TR nº 11/2024, incorporada pelas Notas de Empenho 2023NE000265 e 2023NE000266. Veja-se:

7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:

(...)

2. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

(...)

10. Por sua vez, o acréscimo contratual pretendido tem como motivação as informações prestadas pela COMAP descritas no evento ([1157692](#)), reproduzidas, no que relevante, no relatório deste parecer, que consistem, em suma, na necessidade de fornecimento de mais camisetas personalizadas com o estampa da Justiça Eleitoral de Rondônia com intuito de padronização da vestimenta dos servidores e demais colaboradores nos serviços realizados por este órgão, principalmente nas futuras Eleições Municipais de 2024. Conforme demonstrado pela unidade gestora, o valor total do referido aditivo foi dimensionado em R\$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais), correspondente a **25% do objeto**, como se verifica nas notas de empenho ([1153269](#)) e ([1154148](#)).

11. Em conclusão, as informações prestadas pela unidade gestora do contrato na Solicitação nº 49/2024 - COMAP parecem conter as justificativas do aditivo suficientes para o atendimento eficaz da **demand****sobreveniente** deste Tribunal. Verifica-se, também, que o acréscimo pretendido não excede os limites do patamar máximo legal e contratual permitidos. Assim, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta pela unidade gestora, esta Assessoria se manifesta pela possibilidade jurídica do acréscimo, baseado no **art. 124, I c/c o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, subtópico 7.3, número 2, do TR nº 11/2024.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – DA CONCLUSÃO

12. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, na forma descrita na Solicitação nº 49/2024 – COMAP ([1157692](#)), com fundamento no **art. 124, I c/c o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, subtópico 7.3, número 2, do TR nº 11/2024** ([1151923](#)).

13. Noutro giro, verifica-se que o contrato foi substituído por **Nota de Empenho, instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, consoante o **art. 95 da Lei nº 14.133/21**. Assim, o extrato de empenho do **acréscimo contratual** para lastro da despesa deverá ser juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 03/05/2024, às 13:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 03/05/2024, às 13:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1159016** e o código CRC **0F04289D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos